DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 11760/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/5123/2017
PROTOCOLO	: 1796477
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: CARLOS ALBERTO DE ASSIS
CARGO DO ORDENADOR	: SECRETÁRIO DE ESTADO
ASSUNTO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 39/2017
EMPRESAS ADJUDICADAS	: HD MIYAHARA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI, MÚLTIPLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME E THIMALU COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO ELETRÔNICO N. 219/2016
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, TRICICLO, COLCHÕES E QUADRO BRANCO.
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ATOS LEGAIS E REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. 219/2016 (1ª fase) e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 39/2017 (1ª fase), celebrada entre o Estado de Mato Grosso do Sul/MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de MS, e as empresas adjudicadas: HD Miyahara Comércio e Serviços Ltda - ME e outras, constando como ordenador de despesas o Sr. Carlos Alberto de Assis, secretário de estado.

A licitação tem por objetivo e finalidade a aquisição de ferramentas, triciclo, colchões e quadro branco, conforme os valores unitários constantes da cláusula segunda.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 7778/2017, entendendo pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da ata de registro de preços.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 3ª PRC – n. 7671/2017, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro na Resolução TCE/MS n. 54/2016, c/c o art. 120, I, "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização da ata (1ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações e dos Contratos.

A ata de registro de preços foi pactuada em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

Por fim, a documentação obrigatória foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo o prazo estabelecido pela Resolução TCE/MS n. 54/2016.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. 219/2016 (1ª fase), celebrada entre o Estado de Mato Grosso do Sul/MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de MS, e as empresas adjudicadas: HD Miyahara Comércio e Serviços Ltda - ME e outras, constando como ordenador de despesas o Sr. Carlos Alberto de Assis, secretário de estado, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a", do RITC/MS;

2. pela **legalidade e regularidade** da formalização da Ata de Registro de Preços n. 39/2017 (1ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a" segunda parte, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS;

4. pela **remessa** dos autos à 4ª ICE para subsidiar as contratações dela decorrentes.

Campo Grande/MS, 11 de setembro de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs